

ADRIANA MARTINS

Santos e Profanos:

*Vivências e Convivências Religiosas nas
terras Brasilis.*

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
NOVEMBRO-2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

ADRIANA MARTINS

Santos e Profanos:
***Vivências e Convivências Religiosas
nas terras Brasilis***

Monografia apresentada ao curso
de graduação em História da
Universidade Federal de Campina
Grande como parte integrante dos
requisitos para conclusão do curso.

Orientador: Prof. Herry Charriery da Costa Santos.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
NOVEMBRO/2004.



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

ADRIANA MARTINS

Santos e Profanos:

Vivências e Convivências Religiosas nas terras Brasilis

MONOGRAFIA APRESENTADA EM ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Herry Charriery da Costa Santos
Orientador

Silêde Leila Oliveira Cavalcanti
Examinadora

Sandra Maria Costa
Examinador

DEDICATÓRIA

*AOS MEUS PAIS, POR TODO ESFORÇO,
DEDICAÇÃO E COMPREENSÃO E POR TUDO
QUE ME ENSINARAM. VOCÊS ME MOSTRARAM
QUE O CAMINHO ERA LONGO MAS QUE A
VITÓRIA ERA POSSÍVEL.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sei que Ele esta sempre presente em todos os momentos de minha vida, me dando força e coragem para que eu possa vencer os obstáculos que encontro no caminho e assim seguir em frente.

Agradeço aos meus pais, que no percurso da vida me ensinaram a agir com dignidade, honestidade e respeito e sem medir esforços me ajudaram a realizar este sonho. Tenho a certeza, de que apenas um obrigado, não é suficiente para expressar a minha gratidão, então que apenas um olhar e um abraço forte sejam minhas palavras a vocês, que são as pessoas mais importantes da minha vida. A vocês minha eterna gratidão.

Meu muito obrigado ao meu amigo e orientador Herry Charriery da Costa Santos, que esteve ao meu lado do inicio ao fim da minha vida acadêmica. Herry você faz parte da minha vida, da minha história, me ajudou a crescer e amadurecer e hoje neste momento único reafirmo o meu carinho por você.

À banca o meu respeito e admiração: Silêde e Sandra. Professora respeitadas e admiradas pelo trabalho que desenvolve junta ao ensino e a educação universitária.

Meu muito obrigado a todos os professores do DHG, me orgulho de ter sido aluna de cada um de vocês, que com tanta competência e dedicação edificaram o meu saber. Agradeço especialmente a Alarcon, Nilda, Benjamim, Rosilene, Celso, Sandra, Liège, Fábio, a vocês o meu agradecimento torna-se pouco diante do muito que foi oferecido.

Gostaria de agradecer também a Ana e a Rosa que sempre me receberam com tão bem na coordenação do curso de História.

Agradeço também as minhas irmãs (Monica, Verônica, Luciana, Simone, Betania, Carmem), ao meu irmão Marcos e a minha sobrinha Catarina. A vocês que ouviram meus desabafos, mas que também presenciaram meu silencio e minha ausência. A vocês que com toda paciência contribuíram para que eu pudesse chegar aqui. Meu obrigado também as minhas tias Maria e Adélia, como também ao meu tio Pedro, pelo incentivo.

Obrigada também a todas as minhas amigas e amigos: Marilda Monica, Gracinha, Verônica, Luciana Balbino, Fátima, (entramos juntas no curso e juntas vamos sair), não posso esquecer de agradecer também a Verônica(engenharia), Luizinho(economia), Gerlane, Alysom, Daniela, Romualda, entre outros que se fizeram presentes no decorrer da minha vida acadêmica. Sentirei saudades de todos vocês.

Agradeço também a Secretaria de Educação de Esperança Vânia Lucia Delfino, por todo o incentivo e por toda compreensão em organizar os meus horários de trabalho de forma que não prejudicasse nem a mim nem aos alunos. A você minha eterna gratidão.

A emoção é forte e portanto neste momento gostaria de dizer que cada momento vivido aqui na Universidade permanecerá para sempre em meu coração, pois cada momento da vida é único e como único deve ser eternizado.

“A Igreja Católica, enquanto instituição e religião oficial do Estado português, chegou ao Brasil em 1500 com Pedro Álvares Cabral e daqui não mais saiu. Sua história é feita de autoridade, dominação e, em alguns momentos, graças a pessoas especiais, também de piedade e coragem.”

Mary Del Priore

PREFÁCIO

Uma História em plural

Herry Charriery da Costa Santos*

Não sei o que mais admirei nesta monografia: se o encadeamento das idéias e das discussões; se a exatidão das citações sempre oportunas; se a correção, estética e a sintaxe do próprio texto, que transcorre desde a primeira linha à última palavra. A proposta de trabalhar sobre religião e Religiosidade no Brasil colônia e, mais especialmente, a vivência religiosa e sincretismo brasileiro é sempre muito gratificante, pois um é tema muito polêmico e predominantemente importante para analisarmos nossas identidades culturais.

Por isso é que continuo a admirar... O investimento nas leituras e das produções textuais e a sede de ter novas informações sobre algo ainda inacabado da história recente do país. Portanto, não me faltam razões para admirar um estudo que remonta séculos de práticas mágicas, sagradas, profanas, enfim, tempos de fé e pode.

Admiro ainda mais... Que uma aluna envolvida num ambiente de trabalho voltado à arte da educação fundamental, vem apresentar uma monografia de conclusão de curso adversa ao seu universo cotidiano. Não seria mais fácil relatar sua experiência de trabalho no município de Esperança, onde reside e trabalha? Ou por que não falar sobre os parâmetros educacionais do dia-a-dia utilizados em sala de aula? Entretanto, uma coisa é certa: não faltariam temáticas educacionais que lhe servisse de sustentação para elaborar sua monografia.

Porém, Adriana Martins, não se viu completar-se diante das temáticas do mundo que cotidianamente lhe envolve. Buscou esta aluna algo mais... Quis, não apenas escavar um tema sobre religião – que pouco são os professores que abrem espaços para discussão, mas desejou um estudo cujo período de incertezas e turbulências marcaram as práticas de convivência entre negros, índios e portugueses. Assim, não me faltaram motivos, também, para aceitar o convite para ser orientador desta monografia de conclusão de curso, pois acredito e ainda

* Historiador, professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande e orientador desta pesquisa de conclusão de curso da aluna Adriana Martins.

muito, que será uma boa contribuição historiográfica que a referida aluna deixará à Academia de Historia sobre a colonização e processo evangelizador brasileiro.

A autora recorreu a uma série de escritores brasileiros para sustentar teoricamente um longo período de verdades e fragilidades. Acompanhei testemunhadamente, os altos e baixos de uma produção textual. Em verdade, tivemos algumas pedras nos caminhos: falta de horário para atendimento, desencontros, alguns erros; falta de bibliografia, enfim o tempo foi o nosso principal inimigo.

Mas tudo caminhou bem. As dificuldades não foram suficientemente fortes para silenciar o compromisso e a responsabilidade de prestar conta de um grande trabalho no final do período. E assim prosseguiu a aluna, trabalhando, estudando, dia à noite, até o ultimo momento restante, como se fosse uma resistente da própria Inquisição, que, numa força interior para romper com o silêncio, ocupou espaços e venceu as temeridades no outro dia. Não que você leitor espere algo de especial e extraordinário nesta monografia. Mas por aguardar um resultado fruto de leituras e pesquisar e, sobretudo, dedicação. E no final dos trabalhos? Ah! Nem se fala. Tantas alegrias e gratificações de horas envolto a uma monografia de HISTÓRIA que não se perdeu no espaço nem se esqueceu da grandiosa contribuição aos futuros leitores.

Comprometi-me com Adriana Martins de não arredar o pé de acompanhá-la nessa e em outras pesquisas do gênero. E permaneci junto em todos os momentos oportunos, como quem morre a cada dia e nasce sempre em um outro belo dia. Não quero, não devo – como orientador – dizer a vós leitores, homens e mulheres que esse é um trabalho concluído, pois a história ainda não se fechou. Ela é plural e singular.

Portanto, agradeço de alma e razão a Adriana Martins a quem vejo e todos vêem como figura marcante para o curso de historia. Ela entre os demais alunos, restaura uma problemática enriquecedora, com suas palavras espontâneas e inteligentes. Seu trabalho é uma forte avaliação do Brasil colonial com toda a carga de incertezas e realidades.

Parabéns!

RESUMO

Neste trabalho monográfico, busco apresentar o processo de colonização e evangelização vivenciados no Brasil dos séculos XVI e XVIII, procurando compreender melhor o universo religioso dos colonizadores e dos colonizados, seus desejos, sonhos, expectativas, ambições e frustrações, para tanto analiso e problematizo o processo de colonização, investigando o sentido e a dimensão histórica desse processo, ressaltando que a cultura e a religião do conquistador não foram suficientemente fortes para suplantarem os costumes e tradições tribais e africanas. Analiso também como o livro didático (do ensino fundamental) apresenta “O Processo de colonização e evangelização no Brasil colônia” e como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula.

SUMÁRIO

RESUMO

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I:

Homens de poder, espaços de fé: o processo de colonização e evangelização no Brasil do século XVI e XVIII03

1.1. O Estado e a Igreja-Controlando as terras e as almas: uma problematização04

1.2. Homens de cobiça e a experiência de fé sob o teto da América Latina.....07

1.3. A identidade colonial e a imposição cultural religiosa09

CAPÍTULO II:

Mouros, Cristãos e Romeiros: O Cotidiano Multifacetado da religiosidade no Brasil Colonial.....17

2.1. Perseguição e punição: as marcas do tribunal da Inquisição.....20

2.2. Religiosidade africana: o entrelaçamento de cultural de Além-mar..... 21

29

CAPÍTULO III:

A versão dos Livro didático: como ele se apresenta e como trabalha a questão do processo de colonização e evangelização no Brasil colônia?.....26

3.1. Livro didático de História: um breve comentário26

3.2. Explorando o Livro Didático.....28

CONSIDERAÇÕES FINAIS40

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS41

ANEXOS

INTRODUÇÃO

“Transforma-se o amador na coisa amada, por virtude do muito imaginar.”

Camões, século XVI

O estudo acerca do processo de colonização e evangelização durante os séculos XVI a XVIII é fundamental para a compreensão da religião e religiosidade no Brasil-Colônia, e é um tema que desperta interesse entre os estudiosos de história e de outras áreas das relações humanas de todo o mundo. A religiosidade no período colonial não era apenas uma experiência religiosa, mas sim uma vivência religiosa que se fazia presente em cada ato da vida, no modo de agir e de pensar, na atuação social e política do dia-a-dia. Segundo Mary Del Priore, o rico, o remediado ou o pobre; o negro, o mulato ou o branco, apropriaram-se das práticas religiosas, usando-as segundo suas necessidades espirituais e materiais.

Ao estudar a religião e a religiosidade no período colonial, percebi que esta temática estimulava e despertava uma grade curiosidade. Quanto mais eu lia sobre este assunto, mais fascinada ficava, e foi a partir desta curiosidade que resolvi aprofundar as minhas leituras acerca deste assunto, produzindo assim esta monografia de conclusão de curso.

Esta monografia é composta por três capítulos: no primeiro capítulo, intitulado *“Homens de poder, espaço de fé: o processo de Colonização e Evangelização no Brasil do século XVI e XVIII”*, busco analisar o momento histórico do Brasil, ou seja, a contextualização da colonização brasileira, com intuito de compreender de forma mais ampla o universo religioso dos colonizadores e dos colonizados durante o período em que nós convencionalmente chamamos de época colonial. Portanto, é necessário compreender melhor a questão da religião e religiosidade colonial para analisarmos os pressupostos da religião Católica trazida para o Brasil pelos portugueses, e junto à elas, o desenvolvimento da colonização.

No segundo capítulo, intitulado *“Mouros, Cristãos e Remeiros: O Cotidiano Multifacetado da Religiosidade Colonial”*, apresento uma discussão acerca das variadas vivências religiosas. Analiso, a princípio, a religião considerada “oficial” (Católica), mostrando como esta era vivenciada no cotidiano colonial e como esta representou espaços de imposição, evangelização e lazer. Analiso também a atuação e os interesses do Tribunal do Santo Ofício, mostrando como este perseguiu e puniu os que fugiam das normas impostas pela Igreja e os que prosperavam fora do controle do sistema colonial (Estado e Igreja). Ainda neste capítulo, discorro sobre o escravo africano, isto é, como o africano vivenciou a religiosidade neste período da História, tentando compreender melhor por que os negros eram vistos muitas vezes como demônios, quando ao fugir da religião “oficial”, buscavam muitas vezes manter viva sua identidade através das práticas mágicas e de feitiçaria, as quais eram consideradas pela Igreja Católica como demoníacas.

No terceiro capítulo, intitulado *“Livro didático: como ele se apresenta e como trabalha o processo de colonização e evangelização no Brasil colônia?”*, apresento uma discussão acerca do livro didático de História, mostrando que este tem sido nos últimos tempos objeto de estudos e avaliações negativas e também positivas. Ao analisar o livro didático busco mostrar que o mesmo é na maioria das vezes uma mercadoria, um produto do mundo da edição voltado para a comercialização, mas nem por isso deixa de ser uma das ferramentas mais utilizadas pelo professor em sala de aula

Ainda no terceiro capítulo mostro como o livro didático apresenta a religião e a religiosidade no Brasil colônia, procurando mostrar que é possível trabalhar com os livros didáticos se o professor for além do que esta escrito no texto destes livros.

CAPÍTULO I:

HOMENS DE PODER, ESPAÇOS DE FÉ: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVI E XVII.

O estudo de cunho historiográfico relativo à influência do imaginário e das mentalidades durante a colonização brasileira possibilita uma amplitude cada vez maior na compreensão da religiosidade no Brasil dos séculos XVI e XVII. Fundamentada em uma perspectiva cultural no interior da denominada História das Mentalidades/Imaginário, procurarei a partir deste capítulo, redimensionar a "História dos Descobrimentos" buscando compreender o universo religioso dos colonizadores e dos colonizados nas terras brasileiras seiscentistas e setecentistas.

A História do Brasil, durante anos se inspirou em um modelo de sociedade assentada nas expectativas de expansão territorial via dilatação da fé. Sendo assim, torna-se necessário discutir a contextualização da colonização brasileira para uma compreensível problematização da religião e o seu peso significativo que exerceu sobre a constituição da religiosidade colonial brasileira.

Paulatinamente a religião católica foi se transformando em importante ferramenta de manutenção da especificidade cultural implantada no solo brasileiro. Dessa forma, aliada ao Reino Português, a Igreja Católica lançou-se à tarefa da colonização com tanta eficácia, que se transformou numa das mais sólidas e rígidas instituições do país. Com os Jesuítas, catequizou os "selvagens" e com a Inquisição condenou os "satânicos", no entanto, apesar de sua forte influência no contexto da colonização, teve de aprender a conviver com outras derivações religiosas "não-oficiais" e outras práticas culturais. Portanto, o que se segue brevemente, em princípio, será uma contextualização da colonização brasileira e da expansão da fé católica nas terras do "novo mundo", onde homens de grandeza e glória edificaram a sua cultura em espaços de fé e veneração durante os séculos XVI e XVII.

1.1. O ESTADO E A IGREJA – CONTROLANDO AS TERRAS E AS ALMAS: UMA PROBLEMATIZAÇÃO.

As principais instituições que visaram a organização e o controle da colonização brasileira foram o Estado e a Igreja Católica, muito embora sejam instituições diferentes, naqueles tempos (séculos XVI e XVII) estavam ligadas umas à outra. Isto é, durante a colonização portuguesa no Brasil a religião do Estado era a Católica e os seus adeptos, ou seja, os colonos deveriam ser também católicos.

Logo após a chegada dos portugueses às “*Terras brasilis*” o Estado e a Igreja distinguiram suas funções com o objetivo de garantir seus espaços de soberania na colônia. Segundo o historiador Boris Fausto, o Estado procurou se comprometer com a administração, com o estabelecimento de política de povoamento, mão-de-obra e quanto ao tipo de relacionamento que deveria existir entre a Colônia e a Metrópole. Já a Igreja teve uma tarefa relevante na colonização. Vejamos o que diz Boris Fausto:

A Igreja tinha em suas mãos a educação das pessoas, o controle das almas” na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a obediência ao poder do Estado.

Porém, a Igreja não se limitava apenas a essa tarefa...

Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste vale de lágrimas’ dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte. ²

² BORIS, Fausto. Op Cit. pp. 60.

Assim, percebia-se uma clara subordinação da Igreja ao Estado através de fortes mecanismos como o padroado Real e outros meios de controle que será discutido mais na frente. Entretanto, essa subordinação foi em parte cessada em razão da forte influencia que a Igreja exercia na Coroa através da Companhia de Jesus até a época do ministro português Marquês de Pombal (1750-1777), buscando, a partir daí cumprir o seu papel de “salvar” índios e negros e de proliferar a idéia de obediência aos seus preceitos morais e religiosos, assim como aos preceitos do Estado colonizador.

Contudo, não devemos imaginar que, no século XVI, o Brasil proporcionasse tanta riqueza e fé consideráveis à Coroa Portuguesa. Pelo contrário, as riquezas oriundas do Brasil representavam apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto ao comércio com a Índia correspondia 26%.³

Passadas três décadas da chegada dos portugueses, marcadas pelo esforço de preservar as terras, a colonização começou a tomar forma. Como toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia de complementação à economia metropolitana. Essa diretriz serviu para os interesses de acumulação de riquezas na Metrópole nas mãos dos grandes comerciantes aliados ao trono português. Dessa forma, a opção pela grande propriedade assemelhou-se ao pressuposto da grande produção por mãos escravistas. Além disso, percebemos que foi possível aos pequenos proprietários de terras, autônomos, produzirem para sua subsistência.

Ao lado dessa grande empresa comercial latifundiária e monocultural, vemos um outro elemento: o escravo. Sistema de trabalho compulsório dominante no Brasil até fins do século XIX. Mas, por que, para a Colônia era mais viável utilizar mão-de-obra africana? Por que se recorreu para esse tipo de trabalho tão vergonhoso aos nossos dias, que parecia até estar em desuso, exatamente na época chamada de tempos modernos?

³ Os cálculos são do historiador Vitorino Magalhães Gondinho, em 1558. Ver em Boris Fausto.

Múltiplas são as respostas! Mas, no entanto, percebemos que segunda a historiografia que versa sobre as narrativas escravistas, consistem em dizer que pouco havia de oferta de trabalhadores em condições de trabalho e emigração, nem tão pouco o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. As razões a esta opção foram muitas, podemos citar a inconveniência da escravidão indígena conforme Boris Fausto:

*Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em época de peixes abundantes, furtas e animais.*⁴

Foi de relevante importância a presença das ordens religiosas na expansão da fé católica e na proteção dos índios à escravidão imposta pelos portugueses nascendo a partir daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Porém, estes também não tinham qualquer respeito com a cultura indígena. Para os religiosos como o Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que “*índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem*”.⁵

Por outro lado, nem a Coroa nem a Igreja se opuseram à escravidão do negro. Ordens religiosas estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Assim, são os discursos para justificar a escravidão negra. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim transportava-se os cativos para todo o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira fé: Católica Romana.

Além disso, acreditava-se que o negro era racial e culturalmente inferior. No decorrer do século XIX, mesmo sendo um século que não está contemplado

⁴ BORIS, Fausto. Op Cit. pp.49.

⁵ Padre Manuel da Nóbrega, nasceu em Minho, Portugal em 1517 e morreu em 1570, no Rio de Janeiro. Missionário Jesuíta, chefiou a primeira missão ao Brasil, em 1549, dedicando-se à catequese dos índios.

nesta pesquisa de monografia, temos que frisar que durante este século surgiram teorias científicas que contribuíram para reforçar o preconceito ao negro, como por exemplo, o tamanho e a forma do crânio.

Portanto, a conquista das Américas pelos europeus, especificamente o Brasil pelos portugueses, idealizada como uma terra de abundância na vida animal e de inúmeras riquezas, começou, paralelo às conquistas e empreendimentos comerciais, a articulação do mito do paraíso terrestre. Assim, segundo a perspectiva cristã dos colonizadores, a chegada ao novo mundo foi um acontecimento providencialista, ou seja, deveu-se por vontade de Deus e para o triunfo da civilização cristã.

Entretanto, para uma melhor compreensão da dimensão histórica da experiência religiosa, ou da expansão do cristianismo na América Latina, torna-se necessário mais uma volta ao tempo e ao espaço dos conquistadores católicos nas terras do novo mundo.

1.2. HOMENS DE COBIÇA E EXPERIÊNCIAS DE FÉ SOB O TETO DA AMÉRICA LATINA.

A serviço da Coroa espanhola Cristóvão Colombo em busca de conquistar novas terras, em uma de suas viagens “descobre” a América, em 1492. Esse acontecimento foi realizado através de fortes violências territoriais possibilitando uma ampla dominação europeia e uma emergente identidade colonial religiosa nas terras da América.

Segundo Todorov, os relatos, as cartas e os diários escritos por Colombo, deixam em princípio a impressão de que seu principal desejo de enriquecer, até porque em seu diário ele descreve que estava muito próximo da “fonte do ouro”.⁶ Mas não era apenas uma mera ambição e cobiça material que levou Colombo a viajar; estudos apontam que a promessa de encontrar ouro e prata era apenas para tranquilizar os marinheiros e os tripulantes, pois esses mantivessem viva a

⁶ TODOROV, Tzvetan. “Descoberta da América”. In. A Conquista da América: A Questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 09

esperança de enriquecer. No entanto, não era apenas os marinheiros que esperavam enriquecer, mas principalmente os Reis da Espanha, pois, estes não teriam se envolvido nessa aventura se não fosse a promessa de lucro fácil. O ouro e a prata eram, para Colombo, apenas uma representação de valor material.

O outro valor era a fé. Colombo foi também um homem de fé católica. Um de seus interesses era encontrar o Grande Cã, o imperador da China, para convertê-lo ao cristianismo, o que para Cristóvão Colombo era mais importante do que o ouro. A vitória do cristianismo era um grande estímulo às viagens marítimas para a América, até de valor mais importante que os bens materiais:

*(...)O ouro é um valo humano demais para interessar a Colombo, devemos acreditar nisso quando ele escreve no diário da terceira viagem: 'Nosso Senhor bem sabe que eu não suporto todas essas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz neste mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus.'*⁷

De acordo com os escritos de Colombo podemos fazer uma ampla reflexão das experiências de conquistas materiais e religiosas nos séculos XVI e XVIII, levando a compreender um espaço de convívios de cristãos e não-cristão na América.

A importância do horizonte histórico, neste capítulo, possibilitou uma interpretação da experiência religiosa na colonização da América, especialmente o Brasil, uma vez que não acontece numa dimensão atemporal, mas inserida dentro de contextos históricos e sociais. Assim, essa experiência do sagrado e do religioso, vivenciada por Colombo e tantos outros conquistadores, partiram do próprio fundador do Cristianismo, Jesus, que se espalhou no meio do povo, transformando-se numa narrativa fantástica carregada de relatos sobre a vida de

⁷ TODOROV, Tzvetan. "Descoberta da América". *Idem Ibidem*, pp. 09

forma sobrenatural através da qual buscou dar explicação a própria realidade da época.

O mito fundador do paraíso terrestre, do jardim perfeito, estabelece um vínculo com o passado e o presente através dos símbolos e emblemas. Isto acontece porque o homem é um animal de signos significantes que realizam a mediação e o equilíbrio entre o mundo visível, funcional, material e terreno e o mundo invisível e sobrenatural, ou seja, entre o vivenciado e o imaginado.

Durante as leituras referentes ao processo de colonização brasileira, as histórias apresentam a existência do fenômeno religioso como um dos grandes signos, algo que se encontra no imaginário comum de todos os povos, de todos os tempos e lugares. A religião, como significado da vida e do mundo, se apresenta como algo inserido no contexto histórico em que o seu sentido versa sobre o mundo cobiçado e sobrenatural. Assim é que muitas pessoas vêem na religião um corpo de verdade que determina o seu agir e o seu lugar no mundo.

E mais... O sentido e a dimensão histórica da experiência religiosa consistem, especificamente, numa possível compatibilidade entre o concreto e o imaginário. Uma vez que é sempre válido salientar que a conciliação entre o profano e o sagrado, entre o temporal e atemporal, entre o homem de cobiça e o homem de fé, torna-se difícil ainda hoje, como foi para os conquistadores há 500 anos. O cuidado a essas leituras são extremo, pois corremos o risco, de um lado, a interpretação limitada da fé, com a imposição de uma estrutura político-cultural que se transforma em verdades absolutas, como fizeram os portugueses e espanhóis; de outro lado, a ausência do sagrado pode ser responsável pelo caráter dramático da desesperança nesse início de terceiro milênio.

1.3. A IDENTIDADE COLONIAL E A IMPOSIÇÃO CULTURAL RELIGIOSA.

Existem vários estudos referentes a origem da identidade colonial. Estudos estes que nos levam a compreender o sentido do projeto colonizador que esteve sempre vinculado às estruturas das duas metrópoles europeias: Portugal e Espanha. Contudo, se o projeto colonizador pretendia manter nas colônias da

América os suportes sócios-jurídicos e culturais da Metrópole, também havia a necessidade da criação de uma estrutura própria, em razão da diversidade de situações o que impunha um maior controle do poder central sobre as colônias, em razão do interesse político e econômico espoliativo, já que a principal função da colonização era aumentar os domínios da Coroa portuguesa e promover nas Metrópoles as riquezas existentes nas terras conquistadas.

Assim, para inserção e conservação do domínio colonial na América Latina, além da estrutura político-jurídica, a Metrópole contou com um suporte indispensável, algo intangível e que esta na raiz da experiência existência do próprio homem: o fenômeno religioso.

A expansão da cultura religiosa européia provocada pelo ardor missionário, principalmente dos Jesuítas, se constituiu como uma ferramenta vantajosa aos interesses da Metrópole. Mesmo porque, o entrelaçamento das relações entre Catolicismo e Coroa portuguesa e espanhola possibilitou às instituições estatais um caráter de solidez e legitimidade. A unidade da Igreja significava uma espécie de bússola segura para a unidade dos reinos e do padrão cultural de colonização.

Dentro da perspectiva histórica do século XVI até início do século XVIII, percebemos uma clara dilatação das fronteiras do catolicismo com sua implantação nas terras conquistadas, como também oferecia a certeza da reprodução de um comportamento útil à metrópole, uma vez que os missionários permaneciam diretamente vinculados à Coroa pelo sistema de padroado.⁸

Conforme assevera o historiador José Magno Vilela:

Segundo este sistema, nenhum clérigo podia partir para as missões sem autorização explícita do rei. Os que recebiam a permissão para partir eram obrigados a jurar fidelidade

⁸ HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800). São Paulo: Editora Brasileira, 1982. pp. 12. O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras “descobertas”, de sorte que foi por intermédio deste padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada. O padroado foi o mecanismo mais importante de controle das ordens religiosas e no Brasil.

*ao soberano, durante a audiência que este lhes concedia. Os futuros missionários eram obrigados a reunir-se em Lisboa antes de partir, e para sua viagem deveriam utilizar exclusivamente navios portugueses. Os missionários estrangeiros estavam submetidos às mesmas formalidades; mas a permissão de viagem lhes era concedida com maior parcimônia.*⁹

Quanto a imposição da cultura religiosa, encontramos uma identidade religiosa lusitana e espanhola de além-mar que servia aos interesses das Coroas, a ponto de não existir uma fronteira muito clara entre o poder temporal do Estado e o poder espiritual da Igreja, que em alguns momentos se confundiam.

Dessa forma, com o intuito de reafirmar o processo de colonização foram enviadas às novas terras verdadeiras legiões de missionários jesuítas e religiosos, que além de atenderem as necessidades espirituais dos colonizadores se embrenhavam nas florestas para trazerem aos pagãos a “verdadeira” fé (Católica). Essa idéia de uma única religião e de uma única Igreja verdadeira acompanhou o catolicismo até os tempos contemporâneos e na Idade Média já havia obrigado, compulsoriamente, os judeus que habitavam os reinos de Portugal e da Espanha a se converterem ao catolicismo, transformando-os em cristãos-novos.

Esse processo de evangelização forçada dos índios americanos e mais tarde dos escravos negros, foi uma das maiores espoliações culturais que se tem notícia na história da humanidade. A perda da identidade religiosa (as práticas e as vivências antes do processo de colonização) significou não apenas a privação dos valores que se sedimentaram ao longo do tempo, mas também uma maneira de engendrar o pensar, o sentir e o agir de gerações e gerações.

⁹ VILELA, Magno José. *Roma e as Práticas Missionárias no Novo Mundo*. São Paulo: ECB, 1976. pp. 412.

Quando os espanhóis chegaram na América, no Caribe, os índios os receberam com presentes, com a “inocência” de amigos, mas os espanhóis se apresentaram implacáveis, caçavam, aprisionavam e queimavam nas fogueiras aqueles que não queriam se submeter aos seus mandos. Os maiores massacres foram perpetrados no México e no Peru. Os conquistadores espanhóis usavam o nome da Igreja para despojar os índios de suas terras. Era lido um documento em latim justificando a necessidade de passar as terras aos novos donos, explicando que os verdadeiros donos de todas as terras era a Igreja Católica. Caso houvesse resistência por parte dos índios eram todos massacrados.

Diz Bartolomé de Las Casas, um homem que depois de conhecer de perto o sofrimento e o extermínio dos habitantes do Novo Mundo, tendo inclusive sendo cúmplice dos espanhóis no Caribe, decide lutar contra a escravidão dos índios, a opressão e o genocídio:

Os espanhóis, com seus cavalos, espadas e laças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil.

E mais...

Faziam apostas obre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem mais habilmente e, mais destramente e um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe .¹⁰

¹⁰ BRUIT, Hector. Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Índios. Campina: Ed, Universidade de Campinas- São Paulo, Colção Melhoramentos , 1995. pp. 08.

O processo de colonização portuguesa não se apresentou de forma tão violenta como os massacres ocorridos nas terras espanholas do Novo Mundo. No Brasil, a catequese dos índios ficou por conta dos jesuítas, que se apresentam mais hábeis em conciliar os interesses políticos da coroa com a conversão dos pagãos, mantendo-os pacíficos nas aldeias, sob maciço processo de catequização. É óbvio, que esse processo forçado de evangelização, muito mais em terras espanholas, desenvolvido pelos franciscanos e dominicanos, causou seqüelas permanentes, ainda hoje; o negro e o índio são excluídos da sociedade, se mostram arredios e desconfiados, possuem uma religiosidade católica superficial e nunca abandonaram os seus antigos ritos e costumes religiosos, esses, subjazem mesclados com o culto católico.

Isso prova, inarredavelmente, que não é com as armas que se mata uma idéia. Não é exterminando, massacrando comunidades inteiras que se impõe a lei do colonizador. Uma idéia só se mata com outra idéia. Conduto, a cultura e a religião do conquistador não foram suficientemente fortes, capazes de suplantarem os costumes e tradições tribais. Após séculos de dominação, elas renasceram e se perpetuaram. Na verdade nunca morreram, permaneceram ocultas até o momento de se tornarem visíveis.

Portanto, nenhuma forma de aculturação é mais violenta que o processo de catequização forçada. O processo ético-religioso lida com as categorias do inconsciente, com um enigma profundo que ultrapassa a nossa compreensão racional e estabelece uma nova estrutura conceitual da realidade, um novo filtro pelo qual vemos o mundo. Se bem sucedida a aculturação forçada, gera autômatos, sem memória cultural, sem consciência crítica e sem vontade própria; se mal conduzida propicia a revolta e manifestações sociais.

Depois desse maciço processo de evangelização e dominação colonial, a pergunta que ainda hoje aflora à nossa consciência é, quem somos nós, latino-americanos?

*Não somos europeus, não somos índios,
mas sim uma espécie intermédia entre os
aborígenes e os espanhóis. Americanos por*

nascimento e europeus por direito, nos encontramos em meio ao conflito de disputar os títulos de propriedade aos nativos e manter-nos no país que nos viu nascer, contra a oposição dos invasores. De maneira que o nosso caso é extremamente extraordinário e complicado.(...) Estamos colocados num grau inferior ao da servidão". "Mantenhamos presente que o nosso povo não é nem europeu, nem americano do norte, é antes uma composição de África e América do que uma emanção da Europa... é impossível determinar com propriedade a que família humana pertencemos. ¹¹

A Identidade Latino-Americana se apresenta como “a dialética entre o não-ser e o ser-outro”. São vários séculos de dominação etnocêntrica. Herdamos dos conquistadores a língua, os costumes, as instituições e a religião. Os navegantes-descobridores-conquistadores trouxeram para o novo continente a cruz e a espada, a cruz justificava a espada e a espada protegia a cruz.

Essa aliança entre a cruz e a espada foi responsável pela exploração, dominação e alienação. De modo diferente da América do Norte, povoada por puritanos e outros grupos étnico-religiosos, que não encontravam na metrópole as condições para a livre manifestação de suas crenças; na América Latina, o colonizador imprimiu o seu padrão religioso. A cultura ético-religiosa europeia, o catolicismo da Península Ibérica trazido para o novo continente, encontrava-se prenhe da racionalidade judaico-cristão, tanto na doutrina quanto nos ritos e cerimônias, enquanto a religiosidade indígena e africana mostrava-se mesclada de misticismo e concepções naturalistas.

As práticas religiosas dos índios e dos escravos negros eram consideradas pelo conquistador como demoníacas. Os índios e os negros eram considerados

¹¹ ASSMANN, Hugo (Org.). *Filosofia da Libertação*, Mimeo, UNIMEP, Piracicaba, jun/1982. pp. 13.

pela Igreja como canibais, polígamos e idólatras. E, apesar de toda a vigilância, perseguições e conversões forçadas, apesar do embate com o catolicismo, as tradições religiosas dos indígenas e africanos permaneceram, não na sua pureza original, mas no espaço do sincretismo religioso, conforme veremos nos próximo capítulo.

Historicamente, não há como justificar o descaso e a conivência da Igreja com a dominação e a escravidão dos índios e negros. Hoje, a Igreja fala em “metanóia”, como o único caminho possível de reconciliação. Por ocasião dos 500 de evangelização e colonização, o Episcopado Latino-Americano, reunido em Santo Domingos, Espanha, em 19 de outubro de 1992, procurou resgatar esse passado de genocídio e escravidão cultural, com as chamadas “Diretrizes de Santo Domingos:

- pedimos perdão aos povos indígenas e aos negros americanos pelas vezes que não soubemos reconhecer a presença de Deus em suas culturas;

- pedimos perdão pelas vezes que confundimos evangelização com imposição da cultura ocidental;

- pedimos perdão pela tolerância ou participação na destruição das culturas indígenas e africanas;

- pedimos perdão aos negros americanos pelas vezes que nos servimos do Evangelho para justificar sua escravidão;

- pedimos perdão pelas vezes que nos beneficiamos desta escravidão nos conventos, paróquias ou cúrias.

Os reflexos dessa evangelização forçada ainda permanecem na América Latina. Desse contexto, emerge a idéia de que não temos uma identidade cultural, somos o resultado de vários povos e diferentes culturas. Adotamos os valores culturais e religiosos dos conquistadores. E cinco séculos não foram

suficientes para exorcizar o colonialismo; vivemos na América Latina a oposição entre dois abismos: “*o não ser e o ser outro*” ainda é muito existente.

Parece que só teremos identidade, quando rompermos com todos os processos de dependência e subordinação à Europa. Por enquanto, a única identidade que nos unifica na América Latina é a ‘identidade oprimida’, com um forte grau de servidão aos novos colonizadores, que impõem o discurso da globalização.

É possível também que ainda não tenhamos abandonado o mito fundador, de uma América como o paraíso terrestre, um jardim perfeito, primavera eterna do mundo, que até então, não revelou em sua beleza inigualável. Pode ser, também, que já tenha chegado o momento de sacudirmos a poeira do tempo e gritarmos em favor de nossa própria pluralidade cultural.

CAPÍTULO II:

MOUROS, CRISTÃOS E ROMEIROS: O COTIDIANO MULTIFACETADO DA RELIGIOSIDADE NO BRASIL COLÔNIA.

A vivência religiosa e as múltiplas formas de religiosidade no Brasil colonial, tem sido objeto de inúmeros estudos e debates, os quais buscam analisar documentos antigos, como por exemplo, os Processos Inquisitoriais, os quais mostram as práticas mágicas e de feitiçaria daqueles que, na busca de manter viva sua origem, diziam ser católicos, mas de forma camuflada ou até explícita vivenciavam a sua religiosidade de origem, seja ela ameríndia ou africana.

Com base nos estudos já realizados procurei resignificar a história da vivência religiosa multifacetada no Brasil colonial, buscando compreender suas especificidades e para isso, tornando-se necessário compreender a convivência e a interpenetração de populações de várias procedências e credos diversos.

No século XVI, a feitiçaria e as práticas mágicas demonstravam traços europeus e indígenas, mas raramente africanos; mesmo porque o tráfico negreiro apenas se iniciava. Mas com o passar dos anos, começa a surgir uma ligação em relação a esses traços, os quais passaram a formar um só corpo de crenças sincréticas. A partir dos séculos XVII e XVIII, com o desenvolvimento do processo de colonização brasileira, pode ser observada uma maior interpenetração entre religiosidade européia, africana e ameríndia. Foi esta interpenetração que deu uma característica própria para a religiosidade colonial; foi a mistura das espiritualidades diversas (portuguesa, indígena e africana) que deu um caráter específico e multifacetado a nossa religiosidade.

Na colônia portuguesa, o verdadeiro católico era aquele que seguia todas as regras impostas pela religião “oficial”. Era obrigação do legítimo católico fazer sempre orações, ir as missas, cumprir com os mandamentos da Lei de Deus, enfim, cumprir todas as normas impostas pelo Catolicismo. O bom cristão, segundo o catolicismo, deveria também estar cercado de símbolos que

lembrassem o Reino dos Céus, e por isso que em praticamente todas as casas coloniais os símbolos da fé cristã faziam-se presentes, como por exemplo, quadros de santos de maior devoção dos donos da morada, oratórios, imagens de santos (as quais se faziam presentes também nos “quartos dos santos” existentes nas casas dos indivíduos considerados mais abastados), terços, crucifixos, entre outros objetos que lembravam o Reino dos Céus.

Os indivíduos que tinham uma melhor condição financeira na colônia, construíam próximo à casa-grande do engenho de açúcar, uma capela, onde um sacerdote prestava assistência religiosa aos senhores e a escravaria.

Quando pensamos em religiosidade católica no Brasil quinhentista, logo nos vem a mente à idéia de dor e sofrimento causados pela mesma, porém acredito que é extremamente importante tentarmos perceber também o lado positivo e “alegre” da religiosidade, um dos exemplos desse lado “alegre” eram as missas e procissões do século XVI, que significavam para os colonos não apenas momentos de evangelização, mais também momentos de lazer onde portugueses, índios e escravos se faziam presentes ao som de instrumentos musicais como berimbaus e taquaras. Talvez para os colonos mais pobres e para os escravos, a festa religiosa fosse muito importante, já que estas expressavam o sincretismo religioso presente na colônia. Era nos festejos religiosos que os ritmos profanos e marciais se mesclavam às alegorias mitológicas, à sonoridade de instrumentos africanos e à interpretação de peças sacras. Uma variedade de sons se misturavam, enquanto os fieis acompanhavam as procissões, levando os estandartes e as imagens religiosas.

Segundo Mary Del Priore, uma das mais belas festas religiosas era a do Triunfo Eucarístico, realizada em Vila Rica, Minas Gerais, em 24 de maio de 1733. Essa era uma festa muito importante para os colonos, que participavam euforicamente, dançando ao som das músicas suas várias danças (dos mouros, cristãos, pagãos e romeiros). Encenações eram feitas no percurso da procissão, os instrumentos musicais davam um colorido todo especial a festa e os fieis eufóricos louvavam e desfilavam pelas vilas.

Pode-se então observar que para os escravos este dia de festa era muito importante, pois significava um dia de libertação, eles deixavam as senzalas para irem as ruas participar da festa. Esse dia acabava por demonstrar o quanto era atroz à vida no cativeiro, sendo assim este dia representava uma “vitória” contra a escravidão que sufocava os negros.

Muitos senhores procuravam ignorar as datas religiosas festivas (as quais permitiam ao negro aliviar-se do sofrimento do cativeiro), mantendo assim seus escravos presos ao trabalho dia-a-dia. Para esses senhores só deveriam “desfrutar” destes dias “feriados” (dias santos) os livres e forros, os escravos não deveriam ter esse direito. Diante da atitude desses senhores é que alguns padres, como o jesuíta Jorge Benesse, no século XVIII, denunciaram a tentativa dos senhores de ignorar os mínimos momentos de lazer dos seus escravos nos dias santificados; os padres diziam que, os senhores não deveriam deixar os escravos trabalhando nos dias santos e se insistissem em fazer isto, estariam pecando contra a Justiça e a Religião.

Procissões, festas ou quaisquer outros momentos de lazer na colônia acabaram por revelar o quanto era duro o cativeiro para os escravos e difícil o cotidiano para os colonos pobres. A alegria que irrompia de maneira impetuosa e descontrolada nesses momentos revelava a necessidade que esses grupos sentiam de encontrar formas de expressar sua cultura e o estado de opressão em que viviam.¹

Era assim cheios de rituais, símbolos e algumas vezes de euforia a vivência religiosa no Brasil colonial.

Durante essa época colonial, muitos se consideravam verdadeiros católicos e almejavam ganhar na outra vida o tão sonhado reino dos céus. Mas nem todos

¹ PRIORE, Mary Del. Religião e Religiosidade no Brasil Colonial. São Paulo: Atica, 1994. pp. 46.

os colonos eram católicos autênticos e fervorosos, tinham os que se demonstravam hostis à religião “oficial” e que muitas vezes cumpriam apenas os ritos e deveres religiosos obrigatórios, mas mais como encenação social do que com convicção interior. Existiam os cristãos que sendo batizados e tendo recebido todos os sacramentos, nem sabiam as orações (como o Pai Nosso) e não seguiam as regras dos mandamentos da lei de Deus (Dez Mandamentos), praticavam alguns dos ritos impostos e controlados pelo catolicismo, para assim evitar a repressão inquisitorial, mas que mantinham secretamente crenças heterodoxas.

2.1. PERSEGUIÇÃO E PUNIÇÃO: AS MARCAS DO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO.

O Tribunal do Santo Ofício ou Tribunal da Inquisição, era na realidade um instrumento mais político-econômico do que religioso, destinado a punir os que não seguissem as normas impostas pela Igreja Católica. Este tribunal perseguia principalmente os cristãos-novos e os adeptos das religiões tribais ou de feitiçarias de inspiração européia. Para não caírem nas “mãos” deste tribunal, muitos fingiam ter absorvido verdadeiramente a fé católica, quando na calada da noite, de portas fechadas continuavam a praticar as tradições sincréticas herdadas de seus antepassados hebreus. Vários detalhes podiam revelar ao visitador do Santo Ofício, o cristianismo aparente de uso apenas social de muitos dos cristãos-novos, como por exemplo recusar-se a comer carne de porco, não ir a missa aos domingos, vestir roupas limpas aos sábados, varrer a casa da porta para dentro, comer em mesa baixa, em sinal de luto, eram algumas provas de criptojudaísmo (práticas judaicas clandestinas).

Os inquisidores visitavam as cidades, tendo como objetivo combater as heresias e zelar pela fé católica. Ao chegarem nas cidades os inquisidores liam nas praças e Igrejas os Éditos de fé, os quais mostravam todas as faltas que os inquisidores tinham por tarefa vigiar. E sendo assim as pessoas se apresentavam ao Tribunal para confessar seus pecados, como também para fazer denúncias.

As matérias da confissão eram basicamente o crime de heresia, cometido a sós, em família ou em público; a crença ou a prática do judaísmo, maometismo, luteranismo; a bigamia, a sodomia, a bestialidade; as feitiçarias, as superstições, os cultos ao diabo, as adivinhações, a leitura e a posse de livros proibidos pelo Santo Ofício.¹

De acordo com os pecados cometidos por cada indivíduo e com a gravidade dos mesmos, o indivíduo recebia penitências leves como assistir a missa em pé segurando uma vela acesa, ou punições maiores como trabalhos forçados nas embarcações e até execução na fogueira.

O Tribunal do Santo Ofício foi responsável por grande parte do sofrimento, temores e perseguições de muitos no Brasil colonial, de norte a sul, temia-se a ação dos funcionários do Santo Ofício, mas a ira contra a Inquisição não se dava só devido o temor causado por suas práticas abomináveis, também era reflexo do desagrado popular contra a religião oficial. Na opinião de muitos colonos, os padres mentiam, pregavam uma religião que não dizia respeito aos anseios populares. Talvez a vida árdua, dura na colônia também despertasse descrédito e amargura nos colonos, levando-os a se afastar da religião oficial e a procurar outras formas de religiosidade. Quem sabe se por trás desse descrédito e da procura de outras formas de religiosidade não estava o desejo de humanizar Deus e torná-lo mais próximo.

2.2. RELIGIOSIDADE AFRICANA: O ENTRELAÇAMENTO CULTURAL DE ALÉM-MAR.

¹ NOVINSKY, Antita Waingort. O Santo Ofício da Inquisição em Portugal. In. A Inquisição. São Paulo: Brasiliense. 1991, pp. 37.

Os cultos africanos chegavam ao Brasil mais ou menos mesclados. Como também, mesclados chegavam os demais traços culturais negros. Mesclados pela aproximação de estoques culturais diversos na própria África. A aproximação íntima vivenciada pelos negros africanos nos porões dos navios negreiros, nas viagens da África para o Brasil, acabavam por dar continuidade a esta mistura, pois os negros de procedências variadas encontravam-se unidos pelo sofrimento comum, arrancados violentamente de sua terra, como se fossem animais, eram jogados no fundo dos porões dos navios sem luz e sem ar e expostos a doenças de carências, pela falta de alimentação suficiente e adequada.

Esses africanos uniam-se pelo sentimento de dúvida e de medo diante da crueldade e do desconhecido. Os negros eram tratados como mercadorias, sem o direito de querer, escolher, optar. A aproximação causou um maior entrelaçamento entre os próprios negros e também entre negros e os colonos.

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por Lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, consequência fatal aos povos em sua infância. Fácil lhe foi aceitar para cada moléstia ou ato da vida um santo protetor. A religião vivida pelos escravos negros no Brasil tornou-se assim diferente das de seus antepassados, até porque todos os escravos não vinham de um mesmo local. Iorubas, Nagôs, Geges, Males e outros contribuíam de forma particular, incorporando-as de acordo com as necessidades e novas realidades. A religiosidade africana acabou por se misturar também com o catolicismo de origem européia.

Muitos podem pensar que a frequência da feitiçaria e da magia entre nós é um traço de origem exclusivamente africana. Mas o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas. As práticas das bruxas portuguesas podem ter recebido influência africana, mas em essência, foram expressões do satanismo europeu, o qual podemos perceber ainda hoje entre nós, misturada a feitiçaria africana ou indígena. Mas não se pode negar que o grosso das crenças e práticas da magia que se desenvolveu no Brasil foram coloridos pelo intenso misticismo

do negro. A feitiçaria colonial lança luz sobre a vida da colônia nos seus três séculos de existência. Podemos até dizer que foi uma das formas de ajuste do colono ao meio em que o cercava.

No livro “O diabo e a terra de Santa Cruz” de Laura de Mello e Souza, na segunda parte, a autora escreve sobre *Feitiçarias, práticas mágicas e vida cotidiana*; para escrever sobre tais práticas a autora pesquisou documentações que consiste nas denúncias e confissões das visitas do Santo Ofício de Lisboa à Bahia, Pernambuco e Pará nas devassas gerais executadas nas Minas ao longo do século XVIII.

Pode-se observar através dos relatos sobre tais documentos que no início do século XVIII, as práticas mágicas sincréticas se achavam arraigadas na vida cotidiana das populações coloniais, eram muitos os que procuravam os curandeiros e feiticeiros para resolver questões amorosas, problemas de doenças, atritos familiares ou com vizinhos. Para resolver tais problemas usava-se soluções mágicas que variavam da magia invocativa de cunho mais acentuadamente europeu ao curandeirismo corrente entre os africanos.

Buscava-se através das práticas mágicas preservar a integridade física ou provocar malefícios aos inimigos. As práticas mágicas visavam agredir ou preservar o outro, tinha dupla função ofensiva e defensiva. Muitas vezes tais práticas estavam voltadas para a tensão, existente entre senhores e escravos. Quando os escravos usavam as práticas mágicas e de feitiçaria, não significava apenas uma maneira de manter viva sua religiosidade de origem, mas expressava também uma necessidade na formação social escravista, pois tais práticas não apenas dava armas aos escravos para moverem uma luta surda contra os senhores, como também legitimava a repressão e a violência exercida sobre os escravos. Segundo Laura de Melo:

[...] escravos podiam ser legitimamente castigados também porque eram feiticeiros. Enxerga-lo como feiticeiros, por sua vez, foi

*uma das manifestações da paranóia da camada senhorial na colônia.*²

Pode-se observar que esta relação entre feitiçaria e castigos aparece já nos primeiros tempos da colonização. Os senhores buscavam se proteger ante o potencial mágico dos escravos e estes buscavam através dos feitiços vingar-se ou proteger-se contra os maus-tratos. Mas nem sempre as práticas mágicas se referiam a estas tensões, várias destas práticas refletiam inimizades pessoais e conflitos entre vizinhos.

Pode-se observar que esta relação entre feitiçaria e castigos aparece já nos primeiros tempos da colonização. Os senhores buscavam se proteger ante o poderio mágico dos escravos e estes buscavam através dos feitiços vingar-se ou proteger-se contra os maus-tratos. É válido salientar que as práticas mágicas nem sempre se referiam a esta tensão, várias destas práticas refletiam inimizades pessoais e conflitos entre vizinhos.

Portanto, as práticas mágicas e de feitiçaria se faziam presentes na vida cotidiana de muitos dos colonos, a demonização do homem colonial expandiu-se da figura do índio, para a do escravo, ganhando assim os demais colonos. Mas as autoridades coloniais e a Igreja através da ação do Santo Ofício somaram esforços com objetivo de “normalizar” a vivência dos colonos, afastando as populações do demônio e aproximando-as de Cristo. Buscava-se através das ações “normalizadoras” transformar o inferno em “paraíso” ou seja combater as formas de vivência religiosa não oficial, afim de que os indivíduos que fugiam da prática oficial imposta pelos colonizadores, passassem a temer os castigos curvando-se assim ao chicote do colonizador.

A vida cotidiana da colônia parecia estar profundamente demonizada e o esforço cristanizador dos missionários muitas vezes parecia não surtir efeito. Na colônia céu e inferno, sagrado e profano se misturavam, tornando assim, sincrética a religiosidade colonial. Mas será que esse sincretismo religioso

² SOUSA, Laura de Melo. O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. pp. 205

vivenciado por muitos dos colonos não seria uma forma de amenizar os sofrimentos do dia-a-dia? De encontrar um sentido para a vida?

Era muito difícil para as vítimas das invasões reencontrar o sentido para a vida após as violências da escravização e da humilhação trazidas pelos europeus, e era mais difícil ainda para os africanos no bojo dos navios negreiros encontrar sentido para a vida, já que eles teriam sido despojados de tudo, a não ser da vida física. Diante de todo o sofrimento, talvez os índios e os africanos viram na religiosidade uma forma de amenizar seus sofrimentos, pois, apesar de tudo, eles acreditavam que os deuses não tinham morrido. E sendo assim o Brasil ficou sendo a terra de Tupã, a terra de Oxalá, a terra dos mestres da Jurema e dos Babalorixas. Havia toda uma relação entre religião e sobrevivência. Segundo Eduardo Hoornaert, Especialista em História da Igreja, os pobres, não pediam muito, só um limitado espaço para respirar e simplesmente continuar a existir. Bastava um gesto, um rito, um pequeno sinal para preservar a esperança.

CAPITULO III:

A VERSÃO DO LIVRO DIDÁTICO: COMO ELE SE APRESENTA E COMO TRABALHA A QUESTÃO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA?

“... ensina-los a pensar, mais do que somente a memorizar; ensina-los a questionar o mundo, mais do que aceita-lo passivamente; ensiná-los a criticar a ciência, mais do que somente sabe-la de cor; ensina-los a fazer ciência, mais do que recebe-la pronta”.

Paulo Caruso

3.1. LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM BREVE COMENTÁRIO

Sabemos que o livro didático não é apenas um simples instrumento pedagógico, mas é também produto de grupos sociais que buscam por meio destes perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas. Nos últimos tempos o livro didático tem sido objeto de avaliações as quais analisam os pontos positivos e negativos dos mesmos. Cresce a cada dia o número de professores que “desprezam” os livros didáticos e que colocam parte da culpa da defasagem do processo ensino/aprendizagem nos livros didáticos.

Mas será que os livros didáticos são na realidade culpados por tal defasagem? Será que os livros didáticos devem ser vistos só como vilões ou produtos de comercialização? Será estes livros não pode ser visto como um dos instrumentos pedagógicos, interessante para a realização do processo ensino/aprendizagem? “Existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado precário da educação escolar. Outros docentes calam-se

ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia a dia complicado”.¹

Acredito que o livro didático mesmo que escrito de forma interessada, pode ser utilizado de forma positiva pelo professor em sala de aula, se o mesmo souber e quiser utiliza-lo. O professor pode usar um texto que foi escrito de forma interessada, para fazer um contraponto entre a história apresentada pelo livro didático com o que provavelmente teria acontecido naquele momento da história, levando assim o alunado a refletir sobre aquele acontecimento histórico.

Já foram feitas no Brasil várias avaliações por pesquisadores acerca do livro didático e estas chegam a conclusões diversas, isso nos mostra que os encontros para avaliação dos livros didáticos são geralmente polemicas, e que esses livros são vistos na maioria das vezes como uma mercadoria, como um produto do mundo da edição, que voltado para a comercialização segue a lógica do mercado. Sendo o livro didático uma mercadoria ele sofre várias influencias em seu processo de fabricação e comercialização, como por exemplo influencias do editor, autor e técnicos especializados dos processos gráficos (programadores visuais e ilustradores).

Por mais que o livro didático seja criticado, e que essas criticas tenham fundamento, é válido salientar o predomínio deste produto cultural, como material didático no processo ensino/aprendizagem. Desde o século XIX, o livro didático representa a principal ferramenta de trabalho de muitos dos professores, sendo utilizado nas mais diferentes salas de aulas e condições pedagógicas.

Alguns estudiosos acreditam que tais livros podem servir para ampliar informações, divulgando com uma linguagem mais acessível, o saber científico. Mas não podemos esquecer que este instrumento pedagógico é limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas, e isso acaba por limitar sua ação na formação intelectual do alunado. Se o professor não lapidar a leitura dos textos contidos nos livros didáticos, provocando no aluno reflexões

² BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre imagens e textos. In: O saber histórico na sala de aula. 2 ed. São Paulo, Editora Contexto, 1998. p.71

“mais profundas” acerca dos conteúdos e da realidade que o cerca, o livro didático será apenas um objeto padronizado, com pouco espaço para maiores reflexões. Não podemos deixar que o papel do livro didático na vida escolar seja apenas de um instrumento de reprodução ideológica e do saber oficial impostos por determinados setores do poder e pelo estado. “Os livros podem ser transformados nas mãos do professor e passar por mutações consideráveis”.² É preciso que os professores tornem esse veículo ideológico e fonte de lucro, em um instrumento adequado as necessidades do processo de ensino/aprendizagem autônomo e crítico.

2.2. EXPLORANDO OS LIVROS DIDÁTICOS

foi pensando em contribuir para algumas das muitas dificuldades enfrentadas em sala de aula, como por exemplo à utilização do livro didático como recurso pedagógico, que resolvi neste Terceiro Capítulo, deste ensaio monográfico, analisar como o livro didático apresenta “*O processo de colonização e evangelização no Brasil colônia*” e como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula pelo professor. Buscarei discutir neste capítulo alguns meios de como explorar melhor ou de forma mais proveitosa tais conteúdos, no sentido de que o professor possa através do processo ensino/aprendizagem dar condições aos alunos de reflexão, procurando compreender os “comos” e os “porquês” do processo de colonização e evangelização, ficando atento aos interesses, às diferenças, às diversidades e as especificidades desse processo. “A sensibilidade às diferenças e às transformações nos parece ser uma característica específica do trabalho do historiador”.³

O professor ao utilizar os textos dos livros didáticos, poderia utilizar uma metodologia que permitisse ao alunado o desenvolvimento de um raciocínio

² BITTENCOURT, Circe. *Idem Ibidem*. pp.89

³ CABRINI, Conceição e outros. *O ensino de história – Revisão urgente*. São Paulo, Brasiliense, 1986. p.29

histórico mais amplo. É preciso que iniciemos o aluno no fato de que o conhecimento histórico é algo construído a partir de um procedimento metodológico; em outras palavras, que a história é uma construção. Trabalhar essa idéia, é na minha opinião, extremamente importante para o início da destruição do mito do saber acabado e da história como verdade absoluta. É lógico que em uma 5ª série por exemplo você não está formando profissionais, mas ao meu ver torna-se sem sentido ensinar história se não for para valorizar sua especificidade como forma de conhecimento.

Meu estudo pauta-se na análise do Processo de colonização e evangelização, apresentadas nos livros didáticos. E para tanto, selecionei para esta análise as obras de Marlene Ordonez “História-Brasil, da chegada dos portugueses à independência política”, 5 série, 1 ed., São Paulo: IBEP, 1999, Coleção Horizontes e a obra de Antonio Pedro e Lizanias de Souza Lima, “História por eixos temáticos” 7 série, 1 ed., São Paulo: FTD, 2002 (Coleção História por eixos temáticos)

Antes de iniciar a análise sobre as obras acima citadas é válido salientar que atualmente a maioria dos livros didáticos, são elaborados de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), os quais constituem-se numa referência para o ensino fundamental em todo o país. Publicados em 1997, os PCNS orientam na seleção dos conteúdos e nas práticas didáticas, tendo contudo um andamento flexível ou seja, ajustável às diferentes regiões do país e a realidade de cada escola. Esse Parâmetros, buscam através de suas orientações ajudar o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão reflexivo, participativo e autônomo.

De acordo com os PCNS os conteúdos não devem ser vistos como um fim mas sim como um meio que possa permitir aos alunos desenvolverem capacidades. É válido fazer a seguinte ressalva: muitos dos livros didáticos são elaborados de acordo com a política educacional exigida por esses currículos, não porque todos os autores concordem com essa política educacional, mas porque os livros são produzidos para serem comercializados e lidos de

preferência por uma grande maioria, e para que isso aconteça é necessário que o MEC (Ministério de Educação e Cultura) aprove os livros didáticos, quando o MEC não aprova os livros, fica difícil que o mesmo seja comercializado e lido por uma grande maioria.

O livro “História-Brasil da chegada dos portugueses à independência política, 5ª série/Marlene Ordonez 1 ed., São Paulo: IBEP, 1999. Coleção Horizontes”, compõe uma coleção que destinada ao ensino fundamental (5 a 8 série) a qual foi elaborada com o intuito de oferecer ao professor um instrumento de trabalho com múltiplas possibilidades metodológicas (é o que afirma a autora). Cada capítulo inicia-se com um conjunto de textos e ilustrações, elaborados especialmente para este livro. Os capítulos apresentam-se da seguinte forma: Conteúdos, Ilustrações e legendas, Textos complementares, Textos explicativos, Mapas, Glossário, Atividades.

Segundo a autora os capítulos apresentam textos(conteúdos) que são organizados em tópicos, com o objetivo de tornar a leitura mais dinâmica e agradável (acredito que, a autora ao tentar tornar a leitura mais dinâmica e agradável, acabou por simplificar demais a leitura, ao passo que resumiu o Máximo possível o conteúdo).

A autora utiliza várias ilustrações e legendas, e afirma que estas foram criteriosamente selecionadas, para que assim pudessem oferecer informações sobre os assuntos estudados. Ela afirma tanto o texto quanto às ilustrações estão fundamentadas em documentos e obras de análises, preservando assim o rigor histórico. Para Ordonez o objetivo das ilustrações foi possibilitar ao aluno ao aluno inteirar-se do contexto do assunto tratado, conhecer situações do cotidiano ampliando assim o conhecimento histórico, através das ilustrações. Os textos complementares são textos escritos por historiadores, pesquisadores, que apresentam suas visões acerca dos assuntos tratados no capítulo.

Os textos explicativos, buscam complementar e enriquecer as informações principais do texto. O livro apresenta também mapas no decorrer dos capítulos, segundo a autora os mesmos foram produzidos para este livro, com o objetivo de

ajudar os alunos a localizar e compreender os assuntos estudados. No final de cada capítulo aparece o glossário, que procura dar o significado das palavras destacadas no texto.

Quanto às atividades propostas no final de cada capítulo, a autora afirma que as mesmas foram classificadas de acordo com os objetivos a serem alcançados, que seria o de levar o aluno a fazer comparações, estabelecendo semelhanças e diferenças, identificando permanências e transformações; desenvolver a capacidade de análise e síntese; desenvolver o espírito crítico; pesquisar em diferentes fontes de informação; entre outros objetivos. Para Ordonez as atividades irão ajudar os alunos a perceber a raiz de muitos problemas que perduram ainda hoje na sociedade brasileira. No final do livro a autora dá algumas sugestões de leituras e indica alguns sites de interesse na internet.

Não tenho intenção de analisar todos os capítulos, (analisei o livro todo só que de uma forma mais geral) analisarei de forma mais profunda o capítulo I, por estar relacionado ao meu objeto de estudo *“Colonização e evangelização no Brasil colônia”*.

O capítulo intitulado “As navegações portuguesas”, encontra-se dividido em cinco subtítulos:

- Portugal toma posse do Brasil
- Portugal e Espanha: o mundo dividido
- Portugal chega as Índias
- Agora, o Brasil
- Brasil, colônia de Portugal

Esse capítulo acima citado, tem como objetivo específico, identificar os fatores que motivaram a expansão marítimo-comercial europeia; compreender os motivos que favoreceram o pioneirismo português na expansão marítimo-comercial; relacionar as navegações espanholas com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas; identificar os motivos que levaram Portugal a tomar posse do Brasil; entender a situação do Brasil como colônia de Portugal.

ajudar os alunos a localizar e compreender os assuntos estudados. No final de cada capítulo aparece o glossário, que procura dar o significado das palavras destacadas no texto.

Quanto às atividades propostas no final de cada capítulo, a autora afirma que as mesmas foram classificadas de acordo com os objetivos a serem alcançados, que seria o de levar o aluno a fazer comparações, estabelecendo semelhanças e diferenças, identificando permanências e transformações; desenvolver a capacidade de análise e síntese; desenvolver o espírito crítico; pesquisar em diferentes fontes de informação; entre outros objetivos. Para Ordonez as atividades irão ajudar os alunos a perceber a raiz de muitos problemas que perduram ainda hoje na sociedade brasileira. No final do livro a autora dá algumas sugestões de leituras e indica alguns sites de interesse na internet.

Não tenho intenção de analisar todos os capítulos,(analisei o livro todo só que de uma forma mais geral) analisarei de forma mais profunda o capítulo I, por estar relacionado ao meu objeto de estudo “*Colonização e evangelização no Brasil colônia*”.

O capítulo intitulado “As navegações portuguesas”, encontra-se dividido em cinco subtítulos:

- Portugal toma posse do Brasil
- Portugal e Espanha: o mundo dividido
- Portugal chega as Índias
- Agora, o Brasil
- Brasil, colônia de Portugal

Esse capítulo acima citado, tem como objetivo específico, identificar os fatores que motivaram a expansão marítimo-comercial europeia; compreender os motivos que favoreceram o pioneirismo português na expansão marítimo-comercial; relacionar as navegações espanholas com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas; identificar os motivos que levaram Portugal a tomar posse do Brasil; entender a situação do Brasil como colônia de Portugal.

Pelo que pude perceber o capítulo I apresenta: textos, mapas, gravuras e atividades. Ao analisar esses quatro elementos, em primeiro lugar o texto intitulado “As navegações portuguesas” pude perceber que Ordonez inicia o texto com uma resumida introdução acerca da chegada dos portugueses no novo continente, nesta introdução já dá para perceber uma preocupação da autora em estabelecer marcos históricos, datas e fatos, como também em mostrar figuras “importantes” do início da colonização como Pedro Álvares Cabral. Esse texto do primeiro capítulo, apresenta ao meu ver uma história factual, uma história dos heróis e dos grandes feitos, demonstrando ter uma grande preocupação em estabelecer marcos históricos, datas e fatos e em mostrar figuras importantes.

Veja como a autora inicia o capítulo I :

*Quarta-feira, 22 de abril de 1500. Uma esquadra portuguesa, comandada por Pedro Álvares Cabral, chega a uma terra no Ocidente que, mais tarde, foi chamada de Brasil. Alguns dias depois, o comandante toma posse da terra e a transforma em uma colônia de Portugal.*³

Mas apesar dos pontos negativos, acredito que o referido texto pode ser utilizado em sala de aula, mesmo tendo sido escrito de forma interessada, (como a maioria dos textos que compõem os livros didáticos), o texto pode servir para fazer um contraponto entre a história apresentada no livro didático e as versões que o professor conhece acerca do assunto. O professor pode mostrar aos alunos que o texto apresenta algumas figuras “importantes” como se esses fossem os únicos condutores da história. Pode mostrar também que a leitura de um texto vai além do que está escrito no mesmo e que todo texto deve ser analisado (de acordo é claro com o nível dos alunos).

O texto também demonstra alguns pontos interessantes, como por exemplo: em momento algum a autora se refere a questão da conquista do Brasil como

³ ORDONEZ, Marlene. História do Brasil - da Chegada dos portugueses à independência política. São Paulo: IBEP, 1999. pp 16

sendo um descobrimento, isso é interessante porque até hoje muitos dos livros didáticos ainda utilizam o termo descobrimento, o que na realidade não faz sentido. Um outro aspecto que julgo importante é o fato de que no decorrer do texto (analisado) a autora faz alusão a alguns trechos da “Carta de Pero Vaz de Caminha” avaliando trechos desta carta. Ordonez mostra também um pequeno resumo intitulado “Acaso ou intencionalidade” onde a mesma faz uma analogia quanto à chegada dos portugueses ao Brasil, mostrando que para alguns estudiosos esta chegada teria sido casual, mas para outros estudiosos teria sido algo intencional.

A autora utiliza bastantes gravuras e mapas, ao observar esses dois elementos, (no capítulo I do livro analisado), podemos observar que as gravuras mostram algumas das figuras “importantes” que fizeram parte das grandes navegações: Marco Pólo que é apresentado como grande navegante da cidade de Veneza que, no século XIII, viajou pelo Oriente (fig.1); Bartolomeu Dias que contornou o Cabo da Boa Esperança, comprovando que a ligação entre os Oceanos Atlânticos e Índicos (fig.2); os reis espanhóis, Fernando e Isabel, que aceitaram o plano do genovês Cristóvão Colombo, que também aparece em uma das gravuras. Acredito que as gravuras foram utilizadas mais para ilustrar as aulas e exaltar figuras tidas como importantes e sendo assim tais gravuras acabam por se tornar simples recursos didáticos que não acrescentam uma maior discussão acerca do assunto estudado no capítulo.

Quanto aos mapas, Ordonez utilizou três, no primeiro capítulo: mapa-mundi do início do século XV, onde o mundo conhecido pelos europeus resumia-se ao seu próprio continente (Europa) e parte da África e da Ásia. Ela procura neste mapa mostrar os fatores que motivaram a expansão marítima comercial europeia e para isso utiliza o mapa. A autora utiliza também outros dois mapas um que mostra os tratados entre Portugal e Espanha (linha do Tratado de Tordesilhas, 1494, e Bula Inter Coetera, 1493, e outro que mostra as rotas das navegações portuguesas. Quanto a utilização destes mapas gostaria de fazer a seguinte ressalva: é interessante trabalhar com mapas no ensino de

história contanto que os mesmos não representem apenas meros recursos para motivar e ilustrar as aulas de história.

*Embora a introdução de gravuras e mapas no ensino de História, há cerca de um século, e a multiplicação de imagens apresentadas atualmente como material didático demonstrem importância desse recurso na cultura histórica escolar, a reflexão sobre o papel que efetivamente desempenha no processo de ensino/aprendizagem é escassa*⁶.

É preciso refletir sobre as formas de leituras dos mapas em sala de aula. Será que os mapas, que compõem os livros didáticos, servem realmente como elementos, enriquecedor do processo ensino/aprendizagem? Ou será que os mesmos servem apenas para ilustrar as páginas tornando-as mais atrativas para os jovens leitores?

Apesar desse questionamento, não posso afirmar que as ilustrações (figuras e mapas) não são importantes, mas muitas vezes, a questão da ilustração dos livros didáticos, esta relacionada, aos aspectos mercadológicos e técnicos que delimitam o limite de autonomia do autor diante das ilustrações e mapas. A história do livro didático nos leva a observar que os autores foram perdendo o poder sobre as ilustrações de suas obras, pois as ilustrações de um livro são decisões de técnicos, de programadores visuais e sendo assim o autor pouco ou nada interfere na composição final do livro. Por isso não podemos culpar apenas os autores dos livros didáticos.

Quanto às atividades percebi que as mesmas se apresentam ainda de maneira muito tradicional, em forma de questionário, não proporcionando uma maior reflexão acerca dos conteúdos estudados. Os livros didáticos deveriam

⁶ BITTENCOURT, Circe. Idem Ibidem. pp.90

trabalhar mais em cima de produção textual, levando o alunado a refletir sobre os conteúdos e conseqüentemente elaborar sua visão acerca dos conteúdos.

Enfim pude perceber que durante todo o capítulo a autora trata apenas do processo de Colonização como se este estivesse separado do processo de evangelização. Acho interessante quando os autores dos livros didáticos trabalham a questão da colonização e evangelização em um mesmo capítulo, já que estes processos caminharam lado a lado, um reforçando o outro.

Agora pretendo analisar o livro didático de Antonio Pedro e Lizanias de Souza Lima, “História por eixos temáticos”, 7 série, 1 ed., São Paulo: FTD, (Coleção História por eixos temáticos).

O livro acima citado, faz parte de uma coleção destinada ao ensino fundamental (5 e 8 série).o livro trabalha de acordo com os PCNS, os quais indicam que os conteúdos sejam trabalhados a partir de eixos temáticos, e que os capítulos sejam divididos em subtemas. Para os autores a organização do livro em eixos temáticos rompe com a estrutura e a seqüência dos conteúdos cristalizados pela repetição nas diversas publicações.

Mas apesar dessa afirmação os autores acreditam que mesmo que tenham ocorrido inovações importantes na ultima década, as diferenças entre os diversos livros didáticos de História disponíveis para professores e alunos não são significativas. Concordo com os autores quando estes afirmam que os livros didáticos ainda tem muito o que, aperfeiçoar, para que possa levar através de seus textos, mapas e gravuras, o aluno a refletir, criticar analisar os conteúdos estudados. Ao elaborar os livros desta coleção os autores tiveram como objetivo contemplar os conteúdos tradicionais e incorporar outros temas, mas com uma nova roupagem.

A forma como o livro se apresenta, atende as expectativas dos PCNS, pois as posições assumidas pelo autor e a forma de exposição dessas posições nos textos e na escolha de imagens, a preocupação didática na organização e apresentação dos conteúdos se mostra compatível com o que pede o sistema educacional brasileiro. O que não quer dizer que o livro seja por isso

considerado perfeito ou como o único recurso didático, mais sim uma das fontes de informação a ser utilizada pelo professor em sala de aula. O mais importante não é o livro, mas a utilização que se faz dele.

O livro “História por eixos temáticos”, encontra-se dividido em oito eixos temáticos que ocupam um total de treze capítulos, estes contêm imagens, mapas e documentos escritos. Segundo os autores todos esses materiais são trabalhados no sentido de desenvolver no aluno a habilidade de interpretar fontes escritas e iconográficas, além da de ler mapas históricos. O autor afirma na apresentação do livro que as imagens não servem apenas para ilustrar, exemplificar ou reiterar o texto, como é comum em livros didáticos, mas são trabalhadas no sentido do conhecimento histórico e do desenvolvimento de habilidades.

Os documentos escritos, as imagens e os mapas encontram-se acompanhadas de informações que ajudam o aluno a melhor compreender o assunto estudado. O estudo de cada eixo começa com uma apresentação, onde se discute conteúdos que serão vistos nos capítulos. Buscarei aqui trabalhar o capítulo 9, intitulado “Religiosidade e repressão: a Inquisição em Portugal e no Brasil”, que faz parte do eixo temático 5 “Arte, religião e pensamento”. O capítulo 9 trata da ação da Inquisição em Portugal e no Brasil, mostrando como este Tribunal se relacionava com o poder político da monarquia portuguesa na época moderna e com a religiosidade popular.

O autor inicia o capítulo apresentando a origem da Inquisição, mostrando que esta foi criada pela Igreja Católica para combater as heresias que surgiam no seu interior. Mas depois sua perseguição estendeu-se a outras religiões e a pessoas que eram consideradas heréticas. O interessante é que a autora mostra que a ação deste Tribunal vai além de perseguir hereges, pois o mesmo almejava também manter a própria ordem social estabelecida, já que as comunidades heréticas representavam novas formas de organização social, ameaçando a autoridade e os privilégios tradicionais da nobreza e a própria autoridade da monarquia nacional que estava se formando. Os autores nos mostram que dessa forma, rei e papa tinham motivos para combater as heresias (tendo em vista seus

interesses). É interessante também quando os autores mostram no 6º parágrafo que “Antes da criação da Inquisição os bispos eram os encarregados de investigar os crimes contra a fé.

Depois esses crimes passaram a ser julgados pelos Tribunais Inquisitoriais, composto por delegados do papa, independentes do bispo.⁷ No segundo subtema, intitulado “Misericórdia e justiça”(lema da Inquisição) os autores trabalham de forma crítica em cima deste lema, afirmando que estas palavras foram usadas pelos papas do século XVIII, para atrair os heréticos e para inibir novas heresias, restaurando a unidade da doutrina e da Igreja. Acredito que os autores teceram uma crítica interessante a respeito deste lema. Pois como poderia haver misericórdia e justiça, diante das perseguições, torturas e punições?

No terceiro subtema intitulado “O poder real e o poder da Igreja em Portugal”, os autores mostram que o funcionamento da Inquisição dependia de um acordo entre Igreja, o poder espiritual, e o rei, o poder temporal.

Não pretendo me aprofundar na análise de todos os subtemas, até porque do primeiro ao sexto subtema, os autores trabalham apresentando a origem da Inquisição, seus objetivos, interesses e métodos de atuação (perseguição, punição e tortura), no período Medieval. E em Portugal.

Mas como meu recorte temporal é o período colonial, vou concentrar minha análise na atuação da Inquisição na colônia portuguesa, neste período. Para tanto vou analisar mais especificamente o subtema intitulado “A visão européia do Novo Mundo: da visão do paraíso a demonização”, ao analisar este subtema pude observar que os autores mostram que a colônia era vista como um imenso espaço propício ao mal, pois os povos que aqui viviam, estavam propícios ao erro e ao mal. É interessante observar que essa visão sobre a colônia e os seus habitantes se formou ao longo do processo de colonização. É importante notar que o texto apresenta uma relação das visões paradisíacas e infernais que se

⁷ Antonio Pedro e Lizanias de Souza Lima, “Historia por eixos temáticos”, 7ª série, 1ª ed., São Paulo: FTD, 2002 (Coleção História por eixos temáticos) p. 182

alternavam no imaginário do europeu. Mostrar estas duas visões, na minha opinião, ajuda o aluno a compreender melhor a ação inquisitorial.

Inicialmente predominaram as versões paradisíacas, depois as infernais. As primeiras estavam centradas na natureza exuberante e nas possibilidades econômicas da terra. As segundas se referiam aos habitantes: índios, negros, mestiços e por fim os próprios colonos.⁸

Achei interessante que os autores tenham discutido acerca do imaginário europeu pois assim os alunos podem compreender que de acordo com esta mentalidade, a terra acabou sendo vista como favorável à propagação do mal. Pois a visão paradisíaca durou pouco, já que o demônio havia levado a melhor, ao propagar o mal pela colônia. A mudança do nome de terra de Santa Cruz para Brasil, era um sinal da vitória do mal.

Segundo os autores, cada um viu no Novo Mundo aquilo que espera ver. Para uns os índios foram vistos como a melhor gente do mundo e para outros como seres bestiais.

O texto apresenta também as práticas mágicas que se proliferaram na colônia portuguesa, mostrando que estas tiveram diversas origens (européias, indígena e africanas), e que muitas vezes estavam voltadas para a solução de problemas e para o alívio das tensões.

Na minha opinião é muito importante que o aluno entenda a relação entre crenças e experiências de vida material. Acredito que os autores conseguem deixar claro que a religiosidade popular no Brasil colonial estavam ligadas às necessidades cotidianas e por isso não seria possível eliminá-la.

Ao concluir a análise do livro didático História por eixos temáticos, com um maior aprofundamento no capítulo 9, posso afirmar que os autores apresentaram os conteúdos do livro de forma clara e interessante, levando o aluno a questionar, refletir e analisar as amplitudes históricas do processo de colonização e evangelização.

⁸ Antonio Pedro e Lizanias de Souza Lima, *idem*. pp.196

É interessante observar que os textos do livro analisado, não apresentam uma história dos heróis e dos grandes feitos. O livro demonstra está preocupado em apresentar uma história crítica, que leva o aluno a refletir sobre o conteúdo dos textos. Portanto, não pretendi aqui da uma formula mágica de como trabalhar com os livros didáticos, mas sim algumas alternativas que podem melhorar esse trabalho. Até porque o conteúdo que o professor vai desenvolver com sua classe, só pode ser determinado pelo próprio professor a partir da realidade de cada escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar o conhecimento acerca da religião e religiosidade no Brasil colônia é sempre muito gratificante. Mergulhar neste universo religioso dos colonizadores e colonizados é algo mágico que possibilita uma visão do conjunto de manifestações culturais dos colonos diante de sua crença religiosa. Esta monografia foi pensada com o propósito de levar à sala de aula uma temática nova: “ a religiosidade e a colonização”. Por que se investir neste assunto. Ao longo dos estudos acadêmicos percebi que existe uma falha muito grande no ensino com relação ao tema citado, pois não são discutidos com sua importância no livros didáticos.

Assim, busquei inicialmente historicizar o tema, pesquisando autores especialistas sobre o caso, contextualizando e, após relacionando com o ensino segundo a análise dos livros de ensino fundamental.

Os estudos realizados sobre a colonização e a religiosidade são diversos. Mas suas representações nos livros didáticos são mínimas. Não podemos encontrar nos livros escolares a rica discussão historiográfica da religião e religiosidade no Brasil, impossibilitando ao alunado uma riqueza maior de conhecimento sobre a época colonial brasileira.

Portanto, esta monografia, se destaca como uma iniciativa de estudo e pesquisa de um tema polêmico e segue-se com análises e observações de autores que escrevem sobre o tema exposto. A sua contribuição pode ser pensada em múltiplas formas: o contexto do Brasil Colonial, as propostas de evangelização, as políticas de colonialismo, como também as práticas religiosas ocorridas naquele tempo por homens e mulheres que se manifestavam multifacetadamente suas crenças e religiões, as vivências espirituais e terrenas, as diferentes formas de imposição de uma cultura e sobretudo a análise historiográfica que se apresentou no decorrer dos capítulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

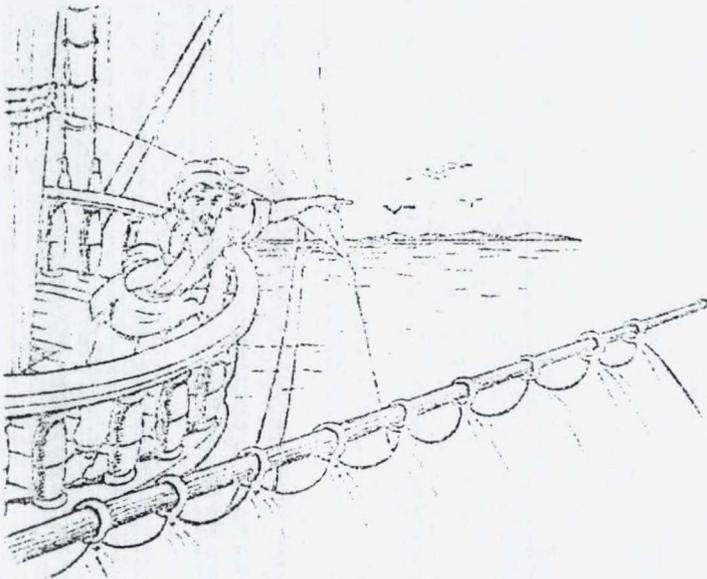
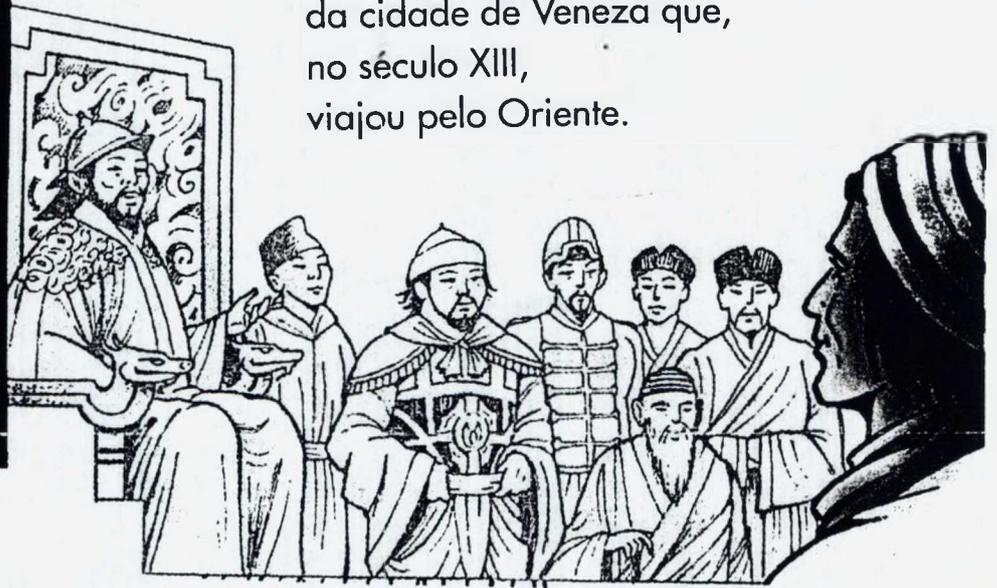
- BITTENCOURT, Cime. (ORG) O saber histórico na sala de aula. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- BOSI, Alfredo. A Dialética da Colonização. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. Religião e Religiosidade no Brasil Colônia. História em Movimento. São Paulo: Editora Atica, 1994.
- HOORNAERT, Eduardo. Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SOUZA, Laura de Melo e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feituçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- _____ . Inferno Atlântico. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ORDONEZ, Marlene. História: Brasil da Colônia a Independência política. 5ª série. São Paulo: IBEP, 1999.
- Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3ª Ed. Brasília: MEC. 2001.
- RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1997.
- VALENTE, Valdemar. Sincretismo religioso afro-brasileiro. 2ª Ed. São Paulo: Nacional, 1980.

Anexos

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
Setor de Documentação e História Regional-SEDHIR
Av. Aprígio Veloso, 882 - Bodocongo
CEP: 58109-970 - Campina Grande-PB. - Brasil



Da China e do Japão tinham algumas informações graças aos relatos de Marco Polo, um navegante da cidade de Veneza que, no século XIII, viajou pelo Oriente.



Portugal continuou navegando pelas costas da África. Conquistou várias ilhas do Atlântico, estabeleceu feitorias no continente e, em 1488, o navegante Bartolomeu Dias contornou o cabo da Boa Esperança, comprovando a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico.

No ano de 1492, a Espanha também iniciou as viagens marítimas. Os reis espanhóis, Fernando e Isabel, aceitaram o plano do navegador genovês Cristóvão Colombo, e lhe forneceram três caravelas.

